

Exmo. Senhor Presidente
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
da Universidade de Lisboa

_____ (nome completo do/a candidato/a),
portador/a do Documento de Identificação (Cartão do Cidadão) n.º _____, com data de
validade __/__/__, com número de identificação fiscal _____, residente
_____ (morada completa), com o
contacto telefónico _____, com o endereço eletrónico
_____, com a seguinte situação laboral:
_____(tipo de vínculo), _____ (categoria)
_____(entidade à qual está vinculada),

vem requerer a V. Exa. a admissão ao concurso documental interno de promoção, na
modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de dois
Professores Associados na área disciplinar de Administração Pública, aberto pelo Edital n.º
1325/2023, publicado no D.R., 2.ª série, n.º 143, de 25 de julho.

O/A Requerente consente que as comunicações e notificações no âmbito do presente
procedimento concursal sejam efetuadas por correio eletrónico, conforme previsto na
alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento
de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa.

Local, _____, ____/____/____

O/A Requerente

(assinatura)

Proteção de Dados Pessoais

O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa) no âmbito das suas atribuições e competências, e no cumprimento do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), é o responsável pela proteção e tratamento dos dados pessoais das pessoas singulares, no estrito cumprimento dos seus princípios, de forma confidencial, estando os colaboradores do ISCSP-ULisboa obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

O tratamento dos dados pessoais disponibilizados ocorre no âmbito da gestão do processo de recrutamento, estando assegurado, nos termos da Lei, o acesso ou a retificação dos mesmos, podendo estes dados ser entregues aos Serviços Públicos e à autoridade judiciária por força de disposição legal.